

IDEAU

**CAMINHOS PARA ESTIMULAR A PERMANÊNCIA ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EJA-EPT)**

**PATHS TO ENCOURAGE SCHOOL RETENTION IN YOUTH AND
ADULT EDUCATION INTEGRATED WITH PROFESSIONAL AND
TECHNOLOGICAL EDUCATION (EJA-EPT)**

**CAMINOS PARA ESTIMULAR LA PERMANENCIA ESCOLAR EN
LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS INTEGRADA A LA
EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA (EJA-EPT)**

Any Giselle Ferreira de Araujo

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal da
Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

E-mail: any.araujo@academico.ifpb.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0389-4351>

Alexsandra Cristina Chaves

Doutora em Ciência e Engenharia de Materias, Doutora do Instituto Federal da
Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

E-mail: alexsandra.chaves@academico.ifpb.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1933-1195>

RESUMO

A permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) representa um desafio persistente, influenciado por múltiplos fatores que abrangem desde questões socioeconômicas até aspectos pedagógicos e institucionais. Este estudo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a permanência escolar na EJA-EPT a partir da perspectiva dos próprios discentes, com destaque para o papel dos representantes de turma como mediadores entre os estudantes, os professores e a gestão escolar. Adotou-se uma metodologia de abordagem mista, combinando análise documental, entrevistas semiestruturadas com representantes de turma e questionário misto para os demais alunos interessados em participar da pesquisa. Os dados coletados orientaram a construção de um Produto Educacional na forma de um guia que fornece diretrizes práticas para fortalecer o protagonismo estudantil e fomentar a permanência dos alunos na EJA-EPT. O guia foi avaliado positivamente por representantes de turma, estudantes voluntários, professores e coordenadores de curso.

DOI:10.55905/reiv6n1-028

Submitted on: 2.23. 2026| Accepted on: 3.19. 2026| Published on: 3.25.2026

Palavras-chave: Permanência Escolar. EJA-EPT. Protagonismo Estudantil. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

School retention in Youth and Adult Education integrated with Professional and Technological Education (EJA-EPT) represents a persistent challenge, influenced by multiple factors ranging from socioeconomic issues to pedagogical and institutional aspects. This study aims to analyze the factors that contribute to school retention in EJA-EPT from the perspective of the students themselves, highlighting the role of class representatives as mediators between students, teachers, and school management. A mixed-methods approach was adopted, combining documentary analysis, semi-structured interviews with class representatives, and a mixed questionnaire for other interested students. The collected data guided the construction of an Educational Product in the form of a guide that provides practical guidelines to strengthen student protagonism and foster student retention in EJA-EPT. The guide was positively evaluated by class representatives, volunteer students, teachers, and course coordinators.

Keywords: School retention. Youth and Adult Education. Student protagonism. Professional and Technological Education.

RESUMEN

La permanencia escolar en la Educación de Jóvenes y Adultos integrada a la Educación Profesional y Tecnológica (EJA-EPT) representa un desafío persistente, influenciado por múltiples factores que abarcan desde cuestiones socioeconómicas hasta aspectos pedagógicos e institucionales. Este estudio tiene como objetivo analizar los factores que contribuyen a la permanencia escolar en la EJA-EPT desde la perspectiva de los propios estudiantes, destacando el papel de los representantes de clase como mediadores entre los estudiantes, los profesores y la gestión escolar. Se adoptó una metodología de enfoque mixto, combinando análisis documental, entrevistas semiestructuradas con representantes de clase y cuestionario mixto para los demás alumnos interesados en participar de la investigación. Los datos recolectados orientaron la construcción de un Producto Educativo en forma de guía que proporciona directrices prácticas para fortalecer el protagonismo estudiantil y fomentar la permanencia de los alumnos en la EJA-EPT. La guía fue evaluada positivamente por representantes de clase, estudiantes voluntarios, profesores y coordinadores de curso.

Palabras clave: Permanencia escolar. Educación de Jóvenes y Adultos. Protagonismo estudiantil. Educación Profesional y Tecnológica.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é marcada por uma longa e complexa história de lutas e conquistas. Ao longo das décadas, essa modalidade de ensino ganhou espaço nas agendas públicas, que passaram a reconhecer sua importância fundamental para garantir que uma parcela significativa da população que não teve acesso à escola na idade certa finalmente tenha essa oportunidade. Esse movimento não é apenas educacional; é também um ato de promoção da inclusão social e da cidadania (Miranda; Souza; Pereira, 2016).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Brasil, 2000) ofereceram uma compreensão mais ampla da matéria, atribuindo à modalidade três funções essenciais: a função reparadora, que busca saldar uma dívida histórica e social com aqueles que tiveram o direito à educação negado; a função equalizadora, que permite que jovens e adultos voltem ao sistema educacional, ampliando suas chances de participação social e econômica; e a função qualificadora, que reconhece o aprendizado como um processo contínuo, valorizando a diversidade e a construção permanente do conhecimento (Maia, 2010).

No cenário atual, os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2024 (Brasil, 2025) mostram um contraste marcante: enquanto as matrículas gerais da EJA tiveram uma queda de 20,4% entre os anos de 2020 e 2024, os cursos técnicos integrados na modalidade EJA-EPT registraram um crescimento expressivo de 53,6%. Esse contraste revela que, mesmo com a retração geral, a união da EJA com a educação profissional tem forte poder de atração, fato que reforça o compromisso das instituições federais com a criação de condições reais de permanência e conclusão para os estudantes dessa modalidade educacional.

A permanência escolar na EJA-EPT representa um desafio persistente no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cabedelo, exigindo uma análise aprofundada dos fatores que favorecem a permanência dos alunos e a busca por mecanismos que fortaleçam seu engajamento na trajetória acadêmica. Lutz, Silva e Soares (2024) destacam que os jovens e adultos da EJA-EPT buscam melhores condições de vida e reconhecimento social por meio do estudo, mas muitas vezes enfrentam um descompasso entre a formação que recebem e as oportunidades reais no mercado de trabalho.

Nessa mesma direção, ao analisar narrativas de estudantes da EJA no ensino fundamental, Freitas, Reis e Torres (2021) evidenciam que a permanência escolar se constrói como um processo marcado por escolhas, resistências e sentidos atribuídos à escola, especialmente quando os sujeitos conseguem reconhecer no espaço escolar um lugar de acolhimento, diálogo e possibilidade de futuro. As narrativas analisadas pelos autores mostram que permanecer na escola não é um ato passivo, mas uma experiência atravessada por condições materiais, relações simbólicas e pela forma como a escola reconhece, ou não, as trajetórias de vida dos estudantes, reforçando a permanência como prática social e política, e não apenas como resultado individual

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar os fatores que contribuem para a permanência escolar na EJA-EPT a partir da perspectiva dos próprios discentes, com destaque para o papel dos representantes de turma como mediadores entre os estudantes, os professores e a gestão escolar. A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre as dinâmicas que influenciam a permanência dos alunos e de fomentar a implementação de práticas pedagógicas que incentivem o protagonismo e a participação ativa do alunado no ambiente escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa e sua análise à luz do referencial teórico adotado, articulando dados documentais, informações acadêmicas institucionais e relatos dos sujeitos participantes. Inicialmente, são analisados os Projetos Pedagógicos de Curso e os documentos institucionais, com vistas a compreender como a permanência escolar é concebida e operacionalizada no plano normativo da EJA-EPT.

Em seguida, discutem-se os dados acadêmicos, as medidas institucionais voltadas à permanência e as percepções dos representantes de turma e dos estudantes voluntários, permitindo uma leitura integrada entre diretrizes formais e experiências vividas. Por fim, são apresentados os resultados da avaliação do Produto Educacional, um Guia para estudantes, professores e coordenadores de curso, analisado como objeto de reflexão pedagógica, a partir das contribuições de docentes e estudantes diretamente implicados em sua utilização

2.1 A EJA NO CONTEXTO BRASILEIRO: DIREITOS E SUJEITOS

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil constituiu-se como espaço de reparação de um direito historicamente negado, especialmente para os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade. Para Arroyo (2017), essa exclusão evidencia a condição dos integrantes desse segmento de “passageiros da noite”, sujeitos cujas trajetórias escolares interrompidas refletem desigualdades históricas que a EJA busca enfrentar.

Nesse sentido, Silva e Moreira (2019) complementam essa análise ao demonstrar que os pressupostos históricos e políticos da EJA revelam um padrão de exclusão estrutural que perpassa diferentes períodos da história brasileira.

A redemocratização dos anos 1980 colocou a EJA no centro de disputas hegemônicas entre diferentes projetos políticos e sociais. A Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado (Brasil, [2025]), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), consolidou a EJA como modalidade da educação básica. Contudo, Friedrich *et al.* (2010) analisam que essa trajetória permaneceu marcada por avanços e retrocessos, alternando-se entre a oferta de programas emergenciais e a implementação de políticas de maior consistência.

2.2 PERFIL DOS ESTUDANTES DA EJA-EPT

Compreender o perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) exige considerar as práticas pedagógicas que os moldaram e, muitas vezes, afastaram-nos da escola. Leite e Gazoli (2012) destaca que a trajetória dos estudantes da EJA não se limita à condição de exclusão social, mas se constrói também na afirmação de saberes múltiplos, identidades e pertencimentos. Segundo a autora, esses jovens e adultos são trabalhadores, portadores de uma linguagem própria que expressa sua realidade social, suas visões de mundo, seus sonhos e aspirações.

Caprini *et al.* (2024), ao investigarem o Proeja Técnico em Edificações do Instituto Federal de Brasília, identificaram uma taxa de evasão de 62% entre 2014 e 2023, revelando que a maioria dos evadidos eram jovens trabalhadores de 18 a 30 anos, pretos e pardos, submetidos a longas jornadas de trabalho e com renda familiar limitada. Os

motivos da desistência envolveram tanto fatores internos quanto externos, como dificuldades nas disciplinas, metodologias pouco atrativas, falta de compreensão docente, problemas de saúde, ausência de apoio familiar e incompatibilidade com o trabalho.

2.3 PROTAGONISMO ESTUDANTIL E PERMANÊNCIA ESCOLAR

O protagonismo estudantil emerge como elemento central para a permanência na EJA-EPT, especialmente quando compreendido como prática coletiva de participação e pertencimento institucional. As reflexões de Fioreze et al. (2022) evidenciam que o protagonismo se fortalece quando os estudantes deixam de ocupar um lugar meramente funcional e passam a participar ativamente da construção de políticas e decisões institucionais, reconhecendo-se como sujeitos do processo educativo.

Essa dimensão coletiva do protagonismo contribui para o fortalecimento do vínculo com a escola e para a consolidação da permanência como experiência compartilhada. Tal compreensão é reforçada por Freire (1996) quando afirma que não há docência sem discência, o que implica reconhecer o estudante como sujeito ativo, capaz de produzir sentidos, dialogar criticamente e intervir na realidade educacional da qual faz parte.

A representação estudantil constitui-se como espaço privilegiado de exercício do protagonismo. Os representantes de turma atuam como mediadores entre estudantes, professores e gestão escolar, promovendo o diálogo democrático e a construção coletiva de soluções para os desafios cotidianos da escola.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para uma compreensão mais profunda dos fatores que influenciam a permanência escolar na EJA-EPT. O estudo foi realizado no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cabedelo, com estudantes dos cursos técnicos em Pesca (modalidade EJA-EPT) e Panificação (modalidade PROEJA).

A coleta de dados envolveu quatro fases: (1) análise documental dos planos de curso, documentos institucionais e controle acadêmico; (2) aplicação de entrevistas

semiestruturadas com 6 representantes de turma, selecionados intencionalmente por sua posição estratégica na mediação entre a comunidade estudantil e a instituição; (3) aplicação de questionário misto com 24 estudantes voluntários interessados em participar da pesquisa e (4) avaliação de guia para estudantes, professores e coordenadores de curso.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo temática, procedimentos que possibilitaram a identificação de categorias emergentes relacionadas aos fatores de permanência. Os dados quantitativos foram tabulados e analisados estatisticamente para complementar as análises qualitativas.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação foi expressa sob o CAAE nº 87217425.9.0000.5185. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a avaliação do Guia, foi aplicado um questionário direcionado a docentes e coordenadores de curso, que contou com quatro (4) respondentes, bem como aos discentes, cuja adesão totalizou treze (13) participantes.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa e sua análise à luz do referencial teórico adotado, articulando dados documentais, informações acadêmicas institucionais e relatos dos sujeitos participantes. Inicialmente, são analisados os Projetos Pedagógicos de Curso e os documentos institucionais, com vistas a compreender como a permanência escolar é concebida e operacionalizada no plano normativo da EJA-EPT.

Em seguida, discutem-se os dados acadêmicos, as medidas institucionais voltadas à permanência e as percepções dos representantes de turma e dos estudantes voluntários, permitindo uma leitura integrada entre diretrizes formais e experiências vividas. Por fim, são apresentados os resultados da avaliação do Produto Educacional, Um Guia para estudantes, professores e coordenadores de curso, analisado como objeto de reflexão pedagógica, a partir das contribuições de docentes e estudantes diretamente implicados em sua utilização.

4.1 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLANOS DE CURSO

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPCs) dos cursos de Pesca e Panificação revela que ambos se estruturam como ferramentas discursivas e ideológicas que ultrapassam o plano técnico-administrativo. Como aponta Orlandi (2022), o PPP funciona como um instrumento de legitimação que revela concepções de educação e sociedade, muitas vezes silenciando saberes marginalizados em favor de um discurso oficial.

Embora os documentos se alinhem formalmente ao paradigma crítico-reflexivo e ao entendimento do trabalho como princípio educativo, observa-se uma tensão persistente entre a intenção de emancipação e a rigidez da matriz curricular.

Nos dois cursos, a integração curricular manifesta-se mais como um enunciado normativo do que como um projeto efetivo de superação da dualidade entre o fazer técnico e o pensar crítico. No curso de Pesca, essa lacuna é evidente na dificuldade de se promover uma transposição dialógica entre o saber empírico dos pescadores artesanais e o conhecimento científico (Cabedelo, 2021).

Já na Panificação, a leitura crítica revela uma "sobreposição tecno-burocrática", na qual a formação política é secundarizada em prol do desenvolvimento de competências pragmáticas exigidas pelo mercado de trabalho, o que acaba por limitar a potencialidade de práticas genuinamente problematizadoras (Cabedelo, 2020).

Essa predominância de um modelo tecnicista fragmenta a formação integral proposta pela modalidade EJA-EPT. Em vez de consolidar o estudante como sujeito histórico, a centralidade nos conteúdos técnicos corre o risco de instrumentalizar o educando, relegando a dimensão humana do processo a um plano secundário.

Consequentemente, a "resistência ativa" dos sujeitos, mencionada por Arroyo (2017) como motor da permanência, carece de metodologias concretas que transformem o currículo em um território de diálogo entre o saber técnico e o saber vivido. Em síntese, a leitura comparativa dos dois PPCs evidencia uma coerência estratégica com os princípios da EJA-EPT (Proeja), ao articularem a tríade: formação humana integral, qualificação profissional e políticas de permanência. Entretanto, essa convergência não anula as identidades específicas de cada projeto, que se manifestam com ênfases distintas conforme a vocação do curso e o território de inserção.

O curso de Pesca valoriza a dimensão ambiental e comunitária, reforçando a sustentabilidade local. **X** O curso de Panificação prioriza a inserção **profissional e a empregabilidade** no setor alimentício.

A título de ilustração, enquanto o curso de Pesca valoriza a dimensão ambiental e comunitária, reforçando a sustentabilidade local e o saber tradicional, o curso de Panificação prioriza a inserção profissional imediata e a empregabilidade no setor alimentício. Essa dualidade de enfoques demonstra o esforço da instituição em responder simultaneamente à necessidade de preservação cultural e às urgências do mercado de trabalho.

4.2 LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DO CONTROLE ACADÊMICO: DIAGNÓSTICO DA EVASÃO E PERMANÊNCIA

A análise dos dados de fluxo escolar entre 2023 e 2025 revela que a permanência na EJA-EPT não é um dado estatístico estático, mas um "ato de resistência e afirmação de pertencimento". Como postula Arroyo (2006), o retorno de jovens e adultos à escola carrega históricos de exclusão, transformando a continuidade dos estudos em uma luta pelo direito à dignidade e à identidade.

Os indicadores dos cursos de Pesca e Panificação materializam as tensões entre o projeto de vida do aluno-trabalhador e as barreiras estruturais da instituição.

No caso do curso de Pesca iniciado em 2023, apresentou uma trajetória de recuperação, saltando de 35% para 55% de permanência em 2025, conforme dados fornecidos pela coordenação do curso. O ano de 2024 (40%) funcionou como um elo de transição e reorganização. Esse avanço sugere que, ao longo do triênio, a instituição logrou êxito em criar o que Gadotti (2014) define como um "ambiente estimulador", no qual a valorização dos saberes locais da pesca artesanal permitiu ao estudante ressignificar o aprender e fortalecer sua identidade produtiva.

No caso do curso de Panificação, observou-se um comportamento inverso, pois demonstrou um desgaste das condições de vida sobre o aluno-trabalhador, declinando de uma permanência de 78% (2023) para 50% (2025). A redução acentuada em 2024 (59%) evidencia que a permanência é um "equilíbrio frágil", frequentemente rompido pela

sobrecarga laboral, carência de suporte logístico (transporte) e impactos de gênero no cuidado familiar.

A análise qualitativa dos motivos de desligamento revela que a evasão raramente decorre de desinteresse pedagógico, mas de limitações estruturais externas, nomeadamente:

1. conflitos de horário: a incompatibilidade entre as jornadas de trabalho e o turno escolar foi citada por 50% dos evadidos;
2. responsabilidades de cuidado: o impacto do gênero é visível na sobrecarga de mães e avós responsáveis pelo cuidado familiar, fator que gera cansaço físico extremo e interrupção dos estudos; e
3. barreiras geográficas: Alguns estudantes justificaram o desligamento, devido a mudança de residência.

A leitura conjunta dos dados de ambos os cursos revela que a evasão não decorre de desinteresse pedagógico, mas de limitações estruturais e vulnerabilidades socioeconômicas. Enquanto no curso de Pesca a integração curricular parece ter mitigado as exclusões, no curso de Panificação, as demandas pragmáticas do mercado e do cotidiano doméstico impuseram barreiras à continuidade.

Esses resultados corroboram o argumento de Gouveia e Silva (2015) de que a EJA-EPT deve atuar como uma política reparadora. A permanência efetiva-se quando a escola extrapola a instrução técnica e assume-se como uma rede de apoio que garante condições objetivas (transporte, alimentação) e simbólicas (acolhimento, flexibilidade) para que o "resgate da dívida" com esses sujeitos se concretize.

Portanto, cada percentual de permanência registrado não é apenas um número, mas a expressão da tenacidade dos sujeitos populares em ocupar o espaço escolar.

4.3 DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E MEDIDAS DE PERMANÊNCIA

A consolidação da permanência escolar na EJA-EPT, para além dos indicadores quantitativos, encontra respaldo em um arcabouço normativo que traduz princípios pedagógicos em dispositivos de proteção social e acadêmica. Os instrumentos administrativos do IFPB materializam a compreensão de que o direito à educação é indissociável das condições materiais de existência do aluno-trabalhador.

O Regimento Didático do Proeja (2023) opera no eixo do acompanhamento pedagógico, institucionalizando estratégias como o Plano Educacional Individualizado (PEI) e os núcleos de aprendizagem. Mais do que suporte técnico, tais medidas garantem que o vínculo escolar se fortaleça pelo reconhecimento das trajetórias singulares, transformando o acompanhamento em uma prática contínua de acolhimento.

No campo da integração entre educação e assistência, a Instrução Normativa nº 1, de 16 de dezembro de 2024 (Brasil, 2024) representa um avanço na despatologização da ausência escolar. Ao permitir a compensação pedagógica de faltas decorrentes de dilemas laborais ou familiares mediante a requisição de Ausência Justificada com Critérios (AJUS), a norma subverte a lógica punitiva da avaliação, reafirmando o papel da instituição como mediadora da vida real do educando.

Complementarmente, o Edital do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) atua como ferramenta de justiça distributiva e identitária. Ao articular auxílios financeiros ao reconhecimento de vulnerabilidades históricas, o IVS valida as identidades produtivas dos sujeitos da EJA, garantindo que a permanência seja sustentada por condições objetivas de dignidade.

A síntese dessas normativas, apresentada no Quadro 1, revela uma arquitetura institucional que busca superar a dualidade entre o discurso emancipatório e a rigidez burocrática. Assim, a permanência na EJA-EPT consolida-se na interseção entre a flexibilidade pedagógica, a justiça social e a valorização da subjetividade discente, preparando o terreno para a escuta das vozes que vivenciam esse processo.

Quadro 1. Síntese dos documentos institucionais e suas contribuições para a permanência escolar na EJA-EPT

Documento Institucional	Eixo de Ação Principal	Contribuição para a Permanência Escolar
Regimento Didático Cursos Técnicos do Proeja (IFPB, 2023)	– Acompanhamento pedagógico e social	Institui estratégias de reforço, monitoria e acompanhamento individual, além de conselhos de classe participativos e PEIs. Garante flexibilidade e acolhimento às trajetórias dos estudantes da EJA.
Instrução Normativa 1/2024 PRE/REITORIA/IFPB	nº Integração entre educação – e assistência	Regula a Ausência Justificada com Critérios (Ajus), permitindo compensação pedagógica de faltas por situações pessoais, familiares ou laborais. Promove equidade e evita evasão.
Edital DCACC nº 11/2025 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	Valorização dos saberes e identidades locais	Define o IVS como ferramenta de justiça educacional, garantindo auxílios e reconhecendo as condições de vida como parte das políticas de permanência e inclusão.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

4.4 PERSPECTIVAS DOS REPRESENTANTES DE TURMA SOBRE A PERMANÊNCIA ESCOLAR

A investigação qualitativa junto aos representantes de turma revelou que a permanência na EJA-EPT se configura como um processo contínuo de negociação entre as demandas da vida e as exigências institucionais. Enquanto sujeitos estratégicos, os representantes atuam na interface entre o corpo discente e a gestão, permitindo a identificação de eixos determinantes para a retenção escolar:

No que se refere ao **protagonismo estudantil e mediação democrática**, as entrevistas com os representantes de turma indicam que a permanência na EJA-EPT está fortemente associada ao protagonismo estudantil e à mediação democrática no cotidiano escolar. Ao atuarem como interlocutores entre estudantes, docentes e gestão, os representantes exercem práticas de escuta, diálogo e corresponsabilidade que favorecem a participação discente e a continuidade dos estudos. Essas ações materializam a concepção freireana de educação como prática dialógica, na qual o educando se reconhece como sujeito do processo formativo (Freire, 1996). Para estudantes da EJA com a vida escolar marcada por trajetórias de exclusão, a representação estudantil assume um caráter político-emancipatório, ao possibilitar o reconhecimento do estudante como agente de sua própria formação (Arroyo, 2006), em consonância com a defesa de Gadotti (2014) de uma EJA sustentada na gestão democrática e na participação cidadã.

Em se tratando de **acolhimento, vínculos e apoio mútuo**, o acolhimento institucional e a construção de vínculos afetivos entre estudantes e professores emergem como fatores centrais para a permanência na EJA-EPT. As relações pedagógicas são descritas como pautadas pela empatia, pela escuta e pela flexibilidade diante das dificuldades cotidianas, fortalecendo a confiança dos estudantes na instituição. O apoio entre pares também se destaca como dispositivo coletivo de enfrentamento da evasão, ao promover solidariedade e reconhecimento no espaço escolar. Esses achados dialogam com a pedagogia freireana, que compreende a educação como prática humanizadora (Freire, 1992), e com Leite e Gazoli (2012), ao apontarem que experiências escolares marcadas por impactos afetivos positivos contribuem para romper trajetórias anteriores de exclusão.

No caso da **integração entre educação e assistência**, as falas dos representantes evidenciam que a permanência na EJA-EPT está diretamente condicionada às condições materiais de vida e à efetividade das políticas de assistência estudantil. Auxílios financeiros, transporte e alimentação são apontados como elementos fundamentais para a continuidade dos estudos, ainda que considerados insuficientes frente às demandas dos estudantes trabalhadores. As sugestões apresentadas, como a criação de creches para mães estudantes e a ampliação da alimentação noturna, revelam a compreensão de que o direito à educação ultrapassa os limites da sala de aula. Essa percepção encontra sustentação no pensamento de Arroyo (2006), ao afirmar que a educação de jovens e adultos deve ser compreendida como um direito histórico e concreto, que exige políticas públicas voltadas à inclusão e à justiça social. Segundo o autor, “a EJA tem de colocar no debate da educação brasileira o direito à educação como direito histórico e concreto e não como um direito abstrato e generalista” (Arroyo, 2006, p. 30). Assim, assegurar transporte, alimentação e auxílios financeiros não constitui um favor, mas uma condição essencial para o exercício pleno desse direito.

Nas questões relativas à **valorização da história de vida e de saberes locais**, as narrativas dos representantes indicam que a permanência na EJA-EPT está profundamente vinculada às trajetórias de vida dos estudantes, marcadas pelo trabalho, pela saúde e pelas responsabilidades familiares. Fatores como cansaço físico, sobrecarga laboral, maternidade e ausência de apoio familiar figuram entre os principais motivos de evasão, enquanto a identificação com o curso e com a prática profissional pode atuar como elemento de resistência. Esses achados reforçam que os estudantes não chegam à escola como sujeitos desprovidos de saberes, mas como portadores de experiências socialmente construídas. Tal compreensão dialoga com as de Freire (1987) e de Arroyo (2006), ao defenderem um currículo que reconheça os saberes do trabalho, da experiência e da exclusão, bem como com a de Candau (2016), ao destacar a importância de uma educação que valorize a diversidade cultural e os saberes locais como fontes legítimas de aprendizagem.

Já as **práticas pedagógicas participativas e inovadoras** adotadas no cotidiano escolar configuram-se como elemento decisivo para a permanência na EJA-EPT. Metodologias participativas, aulas práticas e oficinas são apontadas como estratégias que tornam a aprendizagem mais significativa e fortalecem o vínculo dos estudantes com a

escola. Quando o ensino articula teoria e prática e dialoga com a realidade dos educandos, o estudante se reconhece como sujeito ativo do processo formativo. Esses achados dialogam com os de Freire (1996), Saviani (2012) e Volkweiss *et al.* (2019), ao enfatizarem o papel do professor mediador e da prática social como fundamentos de uma aprendizagem crítica e transformadora

E, por fim, não menos importante o quesito, **envolvimento da família e da comunidade** aparece como fator complementar de fortalecimento da permanência na EJA-EPT. A participação familiar em eventos e atividades escolares amplia a motivação dos estudantes e contribui para a construção de vínculos com a instituição. Ao abrir-se ao território social, a escola ressignifica seu papel formativo e amplia seu alcance, inclusive como espaço de atração e reinserção educacional de novos sujeitos. Essa compreensão converge com os achados de Poncio (2010), ao analisar a relação entre família e escola na EJA como uma construção social sustentada por uma “capital esperança”, entendido como investimento afetivo e simbólico na educação como caminho de transformação.

4.5 ENTREVISTAS COM ALUNOS VOLUNTÁRIOS

A terceira etapa da pesquisa, realizada com 24 alunos voluntários dos cursos Técnico em Pesca e Técnico em Panificação da EJA-EPT, permitiu aprofundar a compreensão dos sentidos atribuídos à permanência escolar a partir da experiência vivida pelos próprios estudantes.

Os resultados confirmam e ampliam as análises produzidas nas entrevistas com os representantes de turma, evidenciando que a permanência se constrói na articulação entre protagonismo, acolhimento, condições materiais e sentido atribuído à formação.

O perfil dos participantes revela a heterogeneidade característica da EJA-EPT, com predominância de estudantes acima de 40 anos (45,8%) e forte presença de trabalhadores que retornam à escola após trajetórias marcadas por interrupções educacionais. Observa-se que a maioria dos respondentes (83,3%) declara identificar-se com o curso escolhido, sendo essa escolha motivada, sobretudo, pela busca por qualificação profissional (37%) e pelo interesse pessoal (27%), o que indica que a permanência no curso está fortemente associada à reconstrução de projetos de vida.

Essa percepção converge com as falas dos representantes de turma, que destacaram a identificação com o curso e com a prática profissional como elemento de resistência à evasão, em consonância com os achados de Arroyo (2006), ao compreender a EJA como espaço de retomada da dignidade e da emancipação. No que se refere aos desafios enfrentados, os estudantes apontam majoritariamente a dificuldade de conciliar trabalho e estudo (50%), seguida pela dificuldade de acompanhar os conteúdos (29,2%) e pela fragilidade das redes de apoio familiar e social (12,5%).

Esses dados reforçam a categoria Integração entre Educação e Assistência, já evidenciada nas entrevistas com os representantes, ao revelar que a permanência está diretamente condicionada às condições concretas de existência dos sujeitos da EJA-EPT. Conforme Arroyo (2006), o direito à educação, nesse contexto, não pode ser compreendido de forma abstrata, mas como direito histórico e concreto, cujo cumprimento exige a implementação de políticas públicas comprometidas com a justiça social.

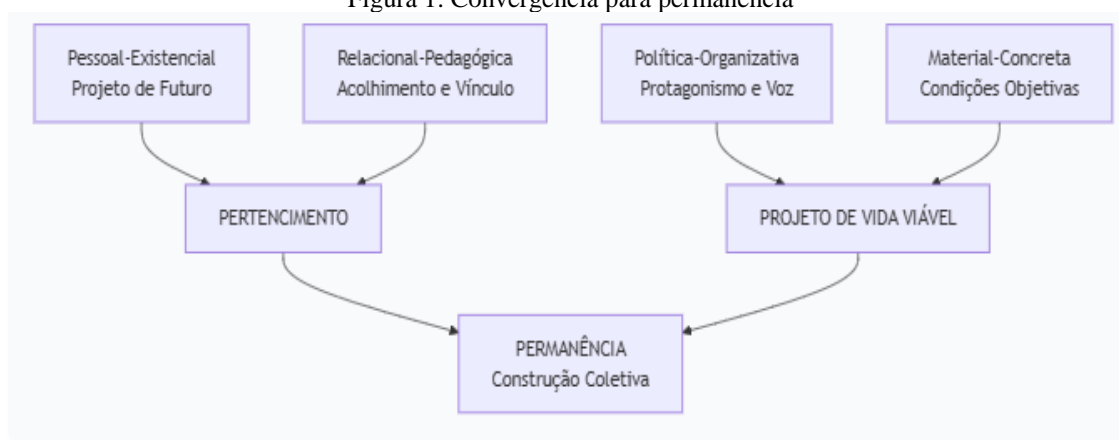
Apesar das dificuldades, os estudantes avaliam positivamente o papel pedagógico e institucional da escola. A maioria (79,2%) afirma que as aulas e atividades contribuem significativamente para a motivação e para a permanência escolar, e 70,8% reconhecem que os professores estão abertos ao diálogo.

Esses achados reafirmam, sob a ótica dos alunos, as categorias Acolhimento, Vínculos e Apoio Mútuo e Práticas Pedagógicas Participativas, já destacadas pelos representantes de turma. Tal percepção dialoga com os ensinamentos de Freire (1996), ao compreender a educação como prática dialógica, na qual ensinar implica criar possibilidades para a produção do conhecimento, e os de Gadotti (2010), ao defender que o direito à educação se concretiza em ambientes pedagógicos humanizados e participativos.

Além disso, mais de 60% dos estudantes consideram que uma maior participação discente nas decisões do curso contribuiria para fortalecer a permanência escolar, o que estabelece uma conexão direta com a categoria Protagonismo Estudantil e Mediação Democrática. Esse dado reforça a ideia de que a permanência não se sustenta apenas em políticas institucionais, mas também na possibilidade de os estudantes se reconhecerem como sujeitos ativos de sua trajetória formativa, conforme defendem Freire (1996) e Gadotti (2014).

Assim, de forma convergente com as entrevistas com os representantes de turma, os alunos voluntários reafirmam que a permanência na EJA-EPT é resultado de um processo coletivo, que articula acolhimento, práticas pedagógicas significativas, assistência estudantil e participação democrática. Esses achados confirmam que permanecer na escola, para jovens e adultos trabalhadores, constitui não apenas uma escolha individual, mas também uma experiência ética e política de afirmação do direito à educação e à dignidade (Figura 1).

Figura 1. Convergência para permanência



Fonte: elaborada pelas autoras com base nos resultados da pesquisa (2025).

4.6 PRODUTO EDUCACIONAL: GUIA PARA PROMOVER A PERMANÊNCIA ESCOLAR

A etapa final da pesquisa concentrou-se na apresentação e avaliação do Produto Educacional, O guia CAMINHOS PARA PROMOVER A PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EJA-EPT (PROEJA): ORIENTAÇÕES A ESTUDANTES, PROFESSORES E COORDENADORES DE CURSO, elaborado a partir da análise documental e dos dados obtidos junto aos representantes de turma e estudantes voluntários.

No contexto deste artigo, o Guia não é tratado apenas como um produto, mas também como objeto de reflexão pedagógica, cuja avaliação foi realizada pelos sujeitos da pesquisa diretamente implicados em sua utilização, a saber, docentes e estudantes da EJA-EPT.

Do ponto de vista teórico, o Produto Educacional pode ser compreendido como uma mediação pedagógica, no sentido freireano, ao favorecer a circulação da palavra, a

escuta e a conscientização dos sujeitos sobre seus direitos e possibilidades de permanência (Freire, 1996).

Ao sistematizar estratégias voltadas ao acolhimento institucional, à participação discente e à articulação com a assistência estudantil, o Guia expressa uma concepção de permanência entendida como processo coletivo e político, e não como responsabilidade individual do estudante.

Tal compreensão dialoga com os achados de Arroyo (2006), ao tratar a EJA como direito histórico e concreto, e de Gadotti (2010), ao defender práticas educativas comprometidas com a gestão democrática e a humanização das relações escolares.

A avaliação realizada com os docentes evidenciou uma percepção amplamente positiva quanto à clareza, organização e aplicabilidade das estratégias propostas.

Ainda que a participação docente tenha sido reduzida — em razão da sobrecarga característica do período letivo —, as devolutivas obtidas indicam que o Guia é compreendido como um material pertinente ao cotidiano pedagógico e potencialmente contributivo para a mediação das relações entre professores e estudantes.

Ressalte-se que tais percepções não configuram validação do Produto, mas constituem avaliações situadas, relevantes para compreender sua usabilidade e aderência à realidade institucional.

Sob a perspectiva discente, a avaliação do Guia revelou elevado nível de identificação com o material, especialmente no que se refere à clareza da linguagem, à adequação ao contexto da EJA-EPT e à relevância das estratégias apresentadas para a permanência escolar.

As avaliações atribuídas pelos estudantes expressam reconhecimento do Guia como um recurso significativo, capaz de dialogar com suas experiências concretas e com os desafios vivenciados no percurso formativo. Essas avaliações reforçam, mais uma vez, as categorias analíticas discutidas anteriormente, como acolhimento, protagonismo estudantil e reconhecimento das trajetórias de vida, já evidenciadas nas entrevistas com representantes de turma e alunos voluntários.

As sugestões apresentadas pelos docentes, especialmente no que se refere ao fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores, não fragilizam o Produto, mas indicam possibilidades de aprofundamento e ressignificação, reforçando seu caráter processual e aberto. Nesse sentido, o Guia não se encerra como um material acabado, mas

se configura como um instrumento em construção, cuja efetividade depende de apropriações coletivas, tempo pedagógico e inserção sistemática nos espaços de planejamento e reflexão docente.

Assim, mais do que atestar a validade do Produto Educacional atribuição que compete à banca examinadora, a avaliação realizada pelos sujeitos da pesquisa evidencia sua potência formativa e reflexiva, reafirmando o Guia como expressão concreta da articulação entre teoria e prática e como síntese das categorias analíticas construídas ao longo da investigação.

5 CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a permanência escolar na EJA-EPT se configura como um fenômeno multifatorial, atravessado por condições socioeconômicas, trajetórias de vida e políticas públicas. Entretanto, a articulação entre análise documental e dados empíricos revela que os fatores internos à instituição escolar assumem papel determinante na sustentação da permanência, especialmente quando orientados por práticas pedagógicas democráticas, relações humanizadas e espaços efetivos de participação.

A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso e dos documentos institucionais demonstra que a permanência é afirmada como princípio formativo, direito educacional e compromisso institucional da EJA-EPT (Proeja) do IFPB Campus Cabedelo.

Essas normativas constituem conquistas históricas e políticas, resultantes de lutas coletivas pela garantia do acesso, da permanência e da formação integral dos jovens e adultos trabalhadores. Os achados da pesquisa indicam que tais diretrizes ganham densidade e efetividade quando apropriadas no cotidiano escolar, materializando-se em práticas pedagógicas, relações institucionais e ações que dialogam com a realidade vivida pelos estudantes.

A escuta dos estudantes, complementada pela análise de sujeitos que ocupam posições estratégicas no cotidiano escolar, como os representantes de turma, evidenciou que o pertencimento, a escuta institucional e a possibilidade de participação são elementos centrais da permanência na escola. Não se trata da centralidade de figuras específicas,

mas da existência de uma cultura escolar democrática, capaz de reconhecer os estudantes como sujeitos ativos do processo educativo.

Essa constatação dialoga com a concepção freireana de educação como prática dialógica (Freire, 1996) e com a compreensão de Arroyo (2006) da EJA como espaço de reconhecimento e afirmação de sujeitos historicamente invisibilizados.

Embora os estudantes reconheçam desafios relacionados ao trabalho, às responsabilidades familiares e às condições materiais de vida, os dados indicam que essas condições não operam de forma isolada na permanência escolar, quando mediadas por práticas internas pautadas pelo acolhimento, pela escuta e pela flexibilidade pedagógica.

As práticas pedagógicas participativas e o reconhecimento das trajetórias de vida conferem sentido ao processo educativo, em consonância com o entendimento de Gadotti (2010), ao afirmar que o direito à educação se concretiza nas relações humanas e institucionais que produzem pertencimento.

A contribuição teórica deste estudo reside na explicitação de que a permanência na EJA-EPT se sustenta, de forma significativa, na articulação entre o plano normativo e o plano vivido, sendo os fatores internos à escola decisivos para transformar diretrizes institucionais em experiências formativas concretas.

O Produto Educacional desenvolvido, analisado como objeto de reflexão pedagógica, materializa essa articulação ao sistematizar estratégias alinhadas às normativas institucionais e às demandas expressas pelos estudantes, sendo reconhecido pelos sujeitos da pesquisa como elemento que contribui para a permanência escolar.

Assim, este estudo sustenta que, embora a permanência escolar na EJA-EPT seja multifatorial, é no interior da escola que ela se constrói de modo decisivo, por meio de práticas pedagógicas democráticas, relações humanizadas e organização institucional coerente com seus princípios normativos. Investir nesses fatores internos configura-se, portanto, como compromisso ético e político com o direito à educação, a dignidade e a emancipação dos jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Brasília: SECAD/MEC; UNESCO, 2006. ARROYO, Miguel G. **Passageiros da**

noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa.
Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (planalto.gov.br in Bing). Acesso em: 25 maio 2025. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm (planalto.gov.br in Bing). Acesso em: 20 jun. 2024. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2000. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf (portal.mec.gov.br in Bing). Acesso em: 12 jun. 2025. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Pró-Reitoria de Ensino. Instrução Normativa nº 1, de 16 de dezembro de 2024. **Estabelece orientações e fluxos para a requisição de Ausência Justificada com Critérios (AJUS), de estudantes da Educação de Jovens e Adultos do IFPB.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024.

CABEDELLO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cabedelo. **Projeto Político-Pedagógico do Curso Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio – Modalidade PROEJA.** Cabedelo, PB, 2021. 146 p. CABEDELLO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus Cabedelo. **Projeto Político-Pedagógico do Curso Técnico Integrado em Panificação – Modalidade PROEJA.** Cabedelo, PB, 2020. 154 p.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, p. 802-820, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/198053143455>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

CAPRINI, Samuel de Carvalho; PEREIRA, Mônica Luciana da Silva; LIRA, Lucas Fernandes de Lima; CASTRO, Márcio Tavares de. A evasão no PROEJA técnico em edificações do Instituto Federal de Brasília Campus Samambaia: um estudo de caso para compreensão do fenômeno. In: JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO, 7., 2024, Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro, 2024.

FIOREZE, Cristina; RIBEIRO, Silvana; MIRANDA, Vinícius Santos de; SOARES, Ângela Mara Berlando. Um documento para chamar de nosso: refletindo o protagonismo estudantil a partir da experiência de uma universidade comunitária. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 27, n. 3, p. 695-713, dez. 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/aval/a/db9nCZCkCZgc8yPmLn87Rmf/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 8 fev. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Marinaide; REIS, Rosemeire; TORRES, Andresso. Permanência escolar na EJA: narrativas de estudantes do ensino fundamental no sertão alagoano. **Roteiro**, v. 46, p. 1-24, 10 jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/24963>>. Acesso em: 8 fev. 2026.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M. Canavarro; BENITE, Claudio R. Machado; PEREIRA, Viviane Soares. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/VCpG4Tr5KBvNkfdXj5ShtZG/?format=html&lang=pt> (scielo.br in Bing). Acesso em: 25 jan. 2025.

GADOTTI, Moacir. A educação como direito humano. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2010, Osasco. **Anais**. Osasco, 2010. p. 1-3. GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna; Fundação Santillana, 2014.

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da. A formação educacional na EJA: dilemas e representações sociais. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte)**, v. 17, n. 3, p. 749-767, dez. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172015170310>>.

IFPB. **Regimento Didático do PROEJA**. 2023. Disponível em: REGIMENTO DIDÁTICO – CURSOS TÉCNICOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva; GAZOLI, Daniela Gobbo Donadon. Afetividade no processo de alfabetização de jovens e adultos. **EJA em Debate**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 79-104, nov. 2012. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA>>. Acesso em: 25 maio 2024.

LUTZ, Mauricio Ramos; SILVA, Ana Cláudia de Oliveira da; SOARES, Arioane Primon. Jovens e adultos da EJA/EPT e o mundo do trabalho: em busca de um lugar ao sol. **Revista Prociências**, v. 7, n. 2, p. 47-57, 10 dez. 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15210/prociencias.v7i2.28165>>.

MAIA, Christiane Martinatti. Educação de jovens e adultos: possibilidades? In: SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana (Org.). **Saberes e**

singularidades na educação de jovens e adultos. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 141-150.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 5., 2016, Montes Claros. **Anais**. Montes Claros: IFNMG, 2016.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

PONCIO, G. V. **Relação família-escola na EJA: estratégias educativas familiares e trajetórias escolares em camadas populares**. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. 184 p.

SILVA, Raquel Alessandra de Deus; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Pressupostos históricos e políticos da educação de jovens e adultos. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 34, p. 368-389, Edição Especial, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v15i34.5624> (doi.org in Bing). Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/5624/4245> (periodicos2.uesb.br in Bing). Acesso em: 20 maio 2025.

VOLKWEISS, Anelise; LIMA, Vanessa Mendes de; FERRARO, José Luís Schifino; RAMOS, Maurivan Güntzel. Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, e29112, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2019.1.29112> (doi.org in Bing). Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19361/2/Protagonismo_e_participao_do_estudante_desafios_e_possibilidades.pdf (repositorio.pucrs.br in Bing). Acesso em: 23 jun. 2025.